

Voltar

Valor



Espanha aplicará taxa sobre transações financeiras em 2021

A taxa de 0,2%, chamada de “taxa Tobin”, tem alguma semelhança com o plano de criação de um imposto sobre transações no Brasil

Por Assis Moreira, Valor — Genebra

12/10/2020 09h52 · Atualizado há 9 horas

A Espanha aprovou a “taxa Google” e também um Imposto sobre Transações Financeiras, na semana passada. Ao mesmo tempo, vários outros países em torno do mundo examinam adotar taxação sobre a economia digital, se fracassar ou demorar um acordo global na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

As novas taxações na Espanha vão entrar em vigor em janeiro de 2021. A chamada “taxa Google” de 3% será aplicada sobre serviços digitais como publicidade online, venda de dados etc. O novo tributo afetará grandes empresas. O tributo será aplicado sobre os grupos com ganhos superiores a 750 milhões de euros a nível mundial e faturamento de pelo menos 3 milhões de euros na Espanha.

Assim, tanto Google como Facebook e Amazon vão ser taxados, o que já levou o governo de Donald Trump a ameaçar retaliar os espanhóis com tarifa adicional na entrada de seus produtos no mercado americano.

Já a taxa de 0,2% sobre transações financeiras, ou “taxa Tobin”, tem alguma semelhança com o plano de criação de um imposto sobre transações no Brasil. A diferença é que a taxa espanhola só se aplica nas transações de títulos nos mercados financeiros.

O governo espanhol espera arrecadar US\$ 1 bilhão por ano com a taxa sobre transações financeiras e outro US\$ 1 bilhão com a taxa digital - bem distante do gasto previsto de 196 bilhões de euros no orçamento.

Levantamento da OCDE mostra que nada menos de 41 países examinam aplicar taxa sobre serviços digitais ou já iniciaram a cobrança.

Entre os que efetivaram a taxa, estão Áustria (5%), Índia (2% e 6%) Itália (3%) e Turquia (7,5%). Vários países da União Europeia têm planos na mesma direção, mas aguardam ainda um acordo na OCDE.

Por sua vez, Israel planeja aplicar taxa de 3% ou 5%. O Quênia, de 1,5%. Nova Zelândia, de 3%. O Zimbábue é outro país que estuda aplicar o tributo.